



Especialistas dizem que é urgente aplicar novo sistema de contabilidade pública

Congresso O novo sistema foi publicado este mês em Diário da República e promete acabar com a fragmentação contabilística dos organismos públicos, locais e regionais.

Paula Cravina de Sousa
paula.cravina@economico.pt

É urgente implementar o novo sistema de contabilidade da Administração Pública - o chamado Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) que foi publicado no passado dia 11 de Setembro. O tema esteve ontem em debate no V Congresso da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) e os especialistas foram unânimes. Os valores da verdade e da transparência foram repetidos por quase todos os oradores presentes no congresso para salientar a necessidade de implementar o novo sistema.

O objectivo do SNC-AP é acabar com a fragmentação de sistemas contabilísticos que existem hoje na administração pública, uniformizar procedimentos e aumentar a transparência das contas. No entanto, os especialistas alertam que é preciso apoio político, competências técnicas e o FMI está em Portugal para ajudar a implementar o sistema.

O presidente do Tribunal de Contas (TdC), Guilherme d'Oliveira Martins, considera que "apesar de muito se ter avançado", o processo "contabilístico público carece de desenvolvimento e aperfeiçoamento", relembrando as recomendações que o TdC tem vindo a fazer ao longo dos últimos anos. Isso mesmo é reconhecido no decreto-lei que aprova o SNC-AP: "pode afirmar-se que a normalização contabilística em Portugal para o sector público encontra-se actualmente desactualizada, fragmentada e inconsistente", sendo que neste momento "coexistem sistemas contabilísticos".

Isto deve-se ao avanço do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), no sentido da adopção de normas adaptadas das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) e também à manutenção de um

sistema contabilístico no sector público que é baseado em normas nacionais que foram entretanto revogadas como é o caso do Plano Oficial de Contabilidade (POC). Esta coexistência gera "um problema sério de inconsistência técnica" e implica "muitos ajustamentos que não são desejáveis e que questionam a fiabilidade da informação". O problema sente-se em toda a

A implementação do SNC-AP será feita em duas fases: em 2016 haverá um período de adaptação em entidades piloto, para que a sua aplicação seja geral em 2017.

Administração Pública mas com especial incidência na Direcção-Geral do Orçamento, na Direcção-Geral das Autarquias Locais e no Instituto Nacional de Estatística que têm de agregar a informação.

O bastonário da OTOC, Domingues Azevedo, entende que o novo sistema "vai ser uma revolução", considerando que vai conseguir-se maior transparência nas contas públicas. No mesmo sentido, Guilherme d'Oliveira Martins afirma que "é essencial que o modelo adoptado se torne uma realidade efectiva para todos os organismos públicos", em nome "da verdade e da transparência". O ex-ministro das Finanças alertou ainda para a necessidade de se aplicar o SNC-AP logo em 2017, depois de um período de implementação previsto para o próximo ano e deixou um aviso: "O TdC será extremamente rigoroso para que a preparação seja feita e para que não haja mais adiamentos".

A professora universitária, Paula Gomes dos Santos advertiu que "há muitas entidades a produzir normativos de contabilidade" que nem sempre são compatibilizadas e afirmou que é necessário "ter uma contabilidade pública que seja a base de uma governação transparente". Por sua vez, o presidente da Comissão de Normalização Contabilística, António Monteiro, defendeu a importância de o universo da Administração Pública estar integrado e considerou que o principal desafio é a própria implementação do SNC-AP. O especialista afirma que é necessário "o reconhecimento genérico da necessidade de mudança e o apoio político", mas é também preciso garantir que haja "competência técnica" para o colocar em prática. António Monteiro revelou ainda que o FMI está em Portugal para ajudar a implementar o sistema e que estão a ser realizadas reuniões no Ministério das Finanças. ■



Guilherme d'Oliveira Martins
Presidente do Tribunal de Contas

"É essencial que o modelo adoptado se torne uma realidade efectiva para todos os organismos públicos", em nome "da verdade e da transparência". "O TdC será extremamente rigoroso para que a preparação seja feita e para que não haja mais adiamentos".



Paula Gomes dos Santos
Professora universitária

"Há muitas entidades a produzir normativos de contabilidade" que nem sempre são compatibilizadas e afirmou que é necessário "ter uma contabilidade pública que seja a base de uma governação transparente".



António Monteiro
Presidente da Comissão de Normalização Contabilística

É necessário "o reconhecimento genérico da necessidade de mudança e o apoio político", mas é também preciso garantir que haja "competência técnica" para o colocar em prática.

V Congresso da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas realiza-se ontem e hoje no Meo Arena, em Lisboa, com a presença de quase quatro mil pessoas. Ontem, durante a manhã, estiverem presentes o bastonário da OTOC, Domingues Azevedo, o presidente do Tribunal de Contas, Guilherme d'Oliveira Martins, o presidente do congresso, João Baptista Carvalho e o presidente da European Federation of Accountants and Auditors, Bodo Richardt.

Mandato de

O bastonário voltou a apontar críticas aos estatutos da ordem.

O mandato para bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) vai ter um limite que pode ir até oito anos no máximo. Os mandatos serão de quatro anos, sendo renováveis por mais quatro. A nova regra é consequência do novo estatuto da OTOC que foi publicado no início de Setembro.

O actual bastonário Domingues Azevedo considera a medida positiva, embora reconheça que não teve quaisquer limites temporais ao seu mandato. "Um bastonário com um mandato mais longo tem a vantagem de poder pensar nos projectos com



Paulo Figueiredo



bastonário da OTOC terá limite de oito anos

mais tempo e a longo-prazo”, mas é preciso que “não encare a função como o chefe da tribo e que não apodreça no cargo”, afirmou à margem do V Congresso dos OTOC sob o tema “Uma ambição, um compromisso, um rumo”. O projecto da Casa do TOC é exemplo disso, porque já está a ser pensada há vários anos. No entanto, o bastonário, que lidera os técnicos oficiais de contas desde 1995, também vê a necessidade de renovação. “É preciso sangue novo mas com continuidade”.

Durante a sua intervenção inicial, Domingues Azevedo voltou a apontar críticas aos novos estatutos aprovados. “O novo estatuto foi aprovado com algumas deficiências, com alguns pontos positivos e

“O novo estatuto foi aprovado com algumas deficiências, com alguns pontos positivos e com muitas incoerências de permeio, mas que tentaremos sempre corrigir nos próximos anos”, afirmou Domingues Azevedo.

com muitas incoerências de permeio, mas que tentaremos sempre corrigir nos próximos anos”, afirmou.

A OTOC critica a forma como as novas normas da profissão foram aprovadas no Parlamento e acusa a maioria parlamentar PSD/CDS de ter alterado pontos importantes numa versão que já tinha sido aprovada em Conselho de Ministros pelo próprio Governo. Uma das principais alterações tem a ver com o facto de os profissionais deixarem de ter limites máximos ao número de empresas que podem acompanhar. Até aqui os técnicos oficiais de contas (TOC) podiam ter um máximo de 60 empresas, mas a partir de agora este limite deixa de existir. ■ P.C.S.



O MOMENTO

A galinha e o porco

O discurso mais aplaudido foi o do ex-ministro da Segurança Social e do Trabalho, Bagão Félix, que dedicou o seu discurso à ética. Para o ex-ministro a ética não se resume ao cumprimento da lei. “Na política às vezes basta parecer para ser, mas na ética não”, disse. Mas foi quando frisou a diferença entre “envolvimento e comprometimento” que conseguiu o maior aplauso. “Se vai a um restaurante e pede um ovo com fiambre, a galinha está envolvida, mas é o porco que está comprometido”, afirmou.